

UNIDADE GESTORA: 300011 - FUNDO ESPECIAL DEF. PUB. ESTADO RONDONIA  
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.  
 ANO REFERÊNCIA : 2020

HORA EMISSÃO: 11:47:55  
 DATA EMISSÃO: 05/03/2021

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
 BALANÇO FINANCEIRO

PÁGINA: 1/2

Ingressos	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		5.412.000,04	7.698.016,09
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		5.412.000,04	7.698.016,09
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios		5.412.000,04	7.698.016,09
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)			
Inscrição RPNP do Exercício		331.079,39	526.163,16
Inscrição RPP do Exercício		246.017,39	450.072,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		172,96	35.558,52
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		84.889,04	40.532,35
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)			
Caixa e equivalente de caixa		10.554.222,57	9.876.715,51
Depositos restit. e valores vinculados		10.554.222,57	9.876.461,02
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		16.297.302,00	18.100.894,76

UNIDADE GESTORA: 300011 - FUNDO ESPECIAL DEF. PUB. ESTADO RONDONIA  
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.

HORA EMISSÃO: 11:47:55  
 DATA EMISSÃO: 05/03/2021

*Keyne Takashi Mizusaki*  
 KEYNE TAKASHI MIZUSAKI  
 Secretário-Geral de  
 Administração e Planejamento

*Hans Lucas Immich*  
 HANS LUCAS IMMICH  
 Defensor Público-Geral

*Héverton Almeida de Andrade*  
 Héverton Almeida de Andrade  
 Contador

CRC RO-006502/0-3



	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Dispêndios			
Despesa Orçamentária (VI)		2.847.256,05	7.139.451,88
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		2.847.256,05	7.139.451,88
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios		2.847.256,05	7.139.451,88
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)			
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)			
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		437.580,25	407.220,31
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		22.903,29	17.979,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		331.613,73	348.453,87
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		83.063,23	40.786,84
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Perdas de Investimentos Temporários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)			
Caixa e equivalente de caixa		13.012.465,70	10.554.222,57
Depósitos restit. e valores vinculados		13.010.639,89	10.554.222,57
		1.825,81	
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		16.297.302,00	18.100.894,76

  
**HANS LUCAS IMMICH**  
 Defensor Público-Geral

  
**KEYNE TAKASHI YUZASAKI**  
 Secretário - Geral de  
 Administração e Planejamento

  
**Heverton Almeida de Andrade**  
 Contador  
 CRC RO-006502/O-3





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
UG 300011 – FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

NOTA 11 – BALANÇO FINANCEIRO

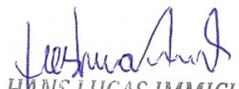
O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e o saldo em espécie do exercício anterior, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS	VALOR
Receita Orçamentária	R\$ 5.412.000,04
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 331.079,39
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	R\$ 10.554.222,57
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.297.302,00</b>

Os Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com o saldo em espécie para o exercício, consoante a planilha abaixo:

DISPÊNDIOS	VALOR
Receita Orçamentária	R\$ 2.847.256,05
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 437.580,25
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	R\$ 13.012.465,70
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.297.302,00</b>

  
HANS LUCAS IMMICH  
Defensor Público-Geral

  
KEYNE TAKASHI MIZUSAKI  
Secretário - Geral de  
Administração e Planejamento

  
Héverton Almeida de Andrade  
Contador  
CRC RO-006502/0-3



UNIDADE GESTORA: 300011 - FUNDO ESPECIAL DEF. PUB. ESTADO RONDONIA  
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO:  
ANO REFERÊNCIA : 2020

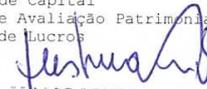
HORA EMISSÃO: 12:07:23  
DATA EMISSÃO: 05/03/2021

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA  
BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.010.639,89	10.554.222,57
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Valores Restituíveis		1.825,81	0,00
Demais Créditos a Curto Prazo		8.674,50	35.853,00
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		13.021.140,20	10.590.075,57
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP		0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00
Adiant P/ Futuro Aum de Capital		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		0,00	0,00
Bens Moveis		0,00	0,00
Bens Imoveis		0,00	0,00
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.		0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis		0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		0,00	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.021.140,20</b>	<b>10.590.075,57</b>

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trab. e Previdenciárias		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Fornec e Contas a Pagar Curto Praz		12.318,69	47.704,25
Obrigações Fiscais a CP		0,00	0,00
Valores Restituíveis		1.825,81	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		14.144,50	47.704,25
<b>PASSIVO NAO-CIRCULANTE</b>			
Obrigações Trab. e Previdenciárias		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos LP		0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações de Longo Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>14.144,50</b>	<b>47.704,25</b>

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiant P/ Futuro Aumento de Capita		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00

  
FRANS LUCAS IMMICH  
Defensor Público-Geral

  
KEYNE TAKASHI MIZUSAKI  
Secretário - Geral de  
Administração e Planejamento

  
Héverton Almeida de Andrade  
Contador  
CRC RO-006502/0-3



Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	13.006.995,70	10.542.371,32
Superavit/Déficits do Exercício	2.473.322,36	-1.837.367,32
Superáv/Déficit de Exerc Anter	10.542.371,32	12.379.738,64
Ajustes de exerc anteriores	-8.697,98	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	13.006.995,70	10.542.371,32
-----		
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.021.140,20	10.590.075,57

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES  
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
-----		
ATIVOS(I)		
Ativo Financeiro	13.012.465,70	10.554.222,57
Ativo Permanente	8.674,50	35.853,00
Total do Ativo	13.021.140,20	10.590.075,57
-----		
PASSIVO(II)		
Passivo Financeiro	260.161,89	497.776,54
Passivo Permanente		
Total do Passivo	260.161,89	497.776,54
-----		
SALDO PATRIMONIAL(III)=(I-II)	12.760.978,31	10.092.299,03

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO  
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2020

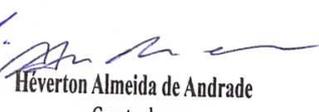
	Exercício Atual	Exercício Anterior
-----		
Atos Potenciais Ativos		
Diárias Concedid(Pendente Prest Con	8.674,50	35.853,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	8.674,50	35.853,00
-----		
Atos Potenciais Passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO  
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
-----		
FONTES DE RECURSOS		
Ordinária	0,00	0,00
Vinculado	12.752.303,81	10.056.446,03
30 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDEP	12.752.303,81	10.056.446,03
Total das Fontes de Recursos	12.752.303,81	10.056.446,03

  
HANS LUCAS IMMICH  
Defensor Público-Geral

  
KEYNE TAKASHI MIZUSAKI  
Secretário - Geral de  
Administração e Planejamento

  
Heverton Almeida de Andrade  
Contador  
CRC RO-006502/O-3



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
UG 300011 – FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**NOTA 7 – ATIVO CIRCULANTE**

O montante registrado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a R\$ 13.010.639,89 (treze milhões e dez mil seiscientos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos) está representado pelos valores disponíveis em Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras conforme demonstrativo abaixo:

CONTA BANCÁRIA	SALDO CONTÁBIL	SALDO FINANCEIRO	DIFERENÇA
001-2757X-100579	R\$ 11.604.940,28	R\$ 11.604.940,28	R\$ 0,00
001-2757X-7747X	R\$ 1.405.699,61	R\$ 1.405.699,61	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 13.010.639,89</b>	<b>R\$ 13.010.639,89</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Não há saldo na conta estoques, informamos que devido a determinação do artigo 5º da Lei 3.537/2015, os bens adquiridos pelo FUNDEP serão incorporados ao Patrimônio da Defensoria Pública. E foram realizados os procedimentos de transferência dos bens no sistema contábil.

**NOTA 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE**

**Ativo Imobilizado**

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Devido às dificuldades operacionais e de recursos materiais e humanos ainda não foi implantada a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens. Encontra-se em fase de estudo sua implantação conforme estabelece o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais que estabeleceu o prazo para as entidades estaduais.

Devido à determinação do artigo 5º da Lei 3.537/2015, os bens adquiridos pelo FUNDEP serão incorporados ao Patrimônio da Defensoria Pública e foram realizados os procedimentos de transferência dos bens no sistema contábil.

**NOTA 9 – Resultado do Exercício**

No resultado do exercício houve Superávit Patrimonial de R\$ 2.473.322,36 (dois milhões quatrocentos e setenta e três mil trezentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos) e Superávit Financeiro de R\$ 12.752.303,81 (doze milhões setecentos e cinquenta e dois mil trezentos e três reais e oitenta e um centavos).

  
HANS LUCAS IMMICH  
Defensor Público-Geral

  
KEYNE TAKASHI MIZUSAKI  
Secretário - Geral de  
Administração e Planejamento

  
Héverton Almeida de Andrade  
Contador  
CRC RO-006502/0-3

UNIDADE GESTORA: 300011 - FUNDO ESPECIAL DEF. PUB. ESTADO RONDONIA  
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.  
ANO REFERÊNCIA : 2020

HORA EMISSÃO: 11:01:38  
DATA EMISSÃO: 05/03/2021

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.433.844,00	4.433.844,00	5.412.000,04	978.156,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.147.464,00	4.147.464,00	5.352.847,66	1.205.383,66
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	4.147.464,00	4.147.464,00	5.352.847,66	1.205.383,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	72.588,00	72.588,00	54.421,79	-18.166,21
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Concessões e Permissões	72.588,00	72.588,00	54.421,79	-18.166,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	213.792,00	213.792,00	4.730,59	-209.061,41
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patri.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	4.730,59	4.730,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	213.792,00	213.792,00	0,00	-213.792,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00



*Heverton Almeida de Andrade*  
**Heverton Almeida de Andrade**  
Contador  
CRC RO-006502/O-3

*Keyne Takashi Aizaki*  
**KEYNE TAKASHI AIZAKI**  
Secretário Geral de  
Administração e Planejamento

*Hans Lucas Immich*  
**HANS LUCAS IMMICH**  
Defensor Público-Geral

	Despesas Ocorridas	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>							
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)</b>		4.433.844,00	4.433.844,00	4.433.844,00	5.412.000,04	978.156,04	
<b>OPERACOES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>		4.433.844,00	4.433.844,00	4.433.844,00	5.412.000,04	978.156,04	
<b>DÉFICIT (VI)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>		4.433.844,00	4.433.844,00	4.433.844,00	5.412.000,04	978.156,04	
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Recursos Atracados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	10.056.446,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	10.056.446,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de créditos adicionais							
<b>DESPESAS ORÇAMENTARIAS</b>							
DESPESAS CORRENTES (VIII)		2.768.844,00	9.626.074,66	2.405.844,73	2.173.443,70	2.173.443,70	7.220.229,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.768.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.665.000,00	4.884.215,39	441.111,32	427.622,00	427.622,00	427.622,00	4.422.894,07
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		1.665.000,00	2.401.750,39	441.111,32	427.622,00	427.622,00	2.401.088,68
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX)</b>		4.433.844,00	14.490.290,03	2.847.256,05	2.601.238,66	2.601.065,70	11.643.033,98
<b>AMORTIZACAO DA DIVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)</b>							
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)</b>		4.433.844,00	14.490.290,03	2.847.256,05	2.601.238,66	2.601.065,70	11.643.033,98
<b>SUPERAVIT (XIV)</b>		0,00	0,00	2.584.733,99	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>		4.433.844,00	14.490.290,03	5.432.000,04	2.601.238,66	2.601.065,70	9.078.229,39
<b>RESERVA DO RPPS</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ANEXO-11: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>							
<b>DESPESAS ORÇAMENTARIAS</b>							
Em Exercícios Anteriores (a)							
Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)							
Liquidadas (c)							
Canceladas (e)							
Saldo (f) = (a+b-d-e)							
DESPESAS CORRENTES	0,00	310.632,51	0,00	0,00	192.173,95	118.458,56	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	310.632,51	0,00	0,00	192.173,95	118.458,56	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	139.439,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	139.439,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinaturas e rubricas:
   
 KEYNE TAKASHIMIZUKA
   
 Secretária-Geral de Administração e Planejamento
   
 Héverton Almeida de Andrade
   
 Contador
   
 CRC RO-006502/O-3

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	450.072,29	0,00	0,00	331.613,73	18.458,56	0,00	0,00	0,00
ANEXO-2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS									
-----Inspecções-----									
DEPESAS ORÇAMENTARIAS	Em Exercícios Anteriores (a)		Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)		Pagos (c)		Cancelados (d)		Saldo (e)=(a+b-c-d)
DEPESAS CORRENTES	12.145,73	35.588,52	22.903,29	12.655,23	12.145,73	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JURGS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DEPESAS CORRENTES	12.145,73	35.588,52	22.903,29	12.655,23	12.145,73	0,00	0,00	0,00	
DEPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE EQUIPAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE OUTROS BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE OUTROS BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IMPERIOBILIZACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	12.145,73	35.588,52	22.903,29	12.655,23	12.145,73	0,00	0,00	0,00	

*Hans Lucas Immich*  
**HANS LUCAS IMMICH**  
 Diretor Público-Geral

*Keyne Takashi Mizusaki*  
**KEYNE TAKASHI MIZUSAKI**  
 Secretário-Geral de  
 Administração e Planejamento

*Heverton Almeida de Andrade*  
**Heverton Almeida de Andrade**  
 Contador  
 CRC RO-006502/0-3



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
UG 300011 – FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**NOTA 10 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Foi elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O orçamento anual do Fundo Especial da Defensoria Pública fixou suas despesas em R\$ 4.433.844,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), para o exercício em exame. No entanto, ocorreram suplementações orçamentárias, via créditos adicionais suplementares no montante de R\$ 10.056.446,03 (dez milhões e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e três centavos) oriundo do superávit orçamentário totalizando uma dotação atualizada de R\$ 14.490.290,03 (quatorze milhões quatrocentos e noventa mil duzentos e noventa reais e três centavos).

Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - 2020		
UNIDADE: 300011- FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA		
UNIDADE		ALTERAÇÕES
300011	1. DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 14.490.290,03
300011	2. TOTAL DE REMANEJAMENTO	R\$ 676.500,00
	PERCENTUAL DE REMANEJAMENTO COM LIMITE DE 20% [(2/1)X100]	4,67%

Dados Extraídos do Diver Port em 26 de Abril de 2021

Comparando a dotação atualizada da defensoria pública com o total de remanejamentos efetuados verificar-se que as alterações orçamentarias se encontram dentro do limite do percentual de remanejamento previsto no Art. 8º da Lei 4.709, de 30 de dezembro de 2019.

  
HANS LUCAS IMMICH  
Defensor Público-Geral

  
KEYNE TAKASHI MIZUSAKI  
Secretário - Geral de  
Administração e Planejamento

  
Héverton Almeida de Andrade  
Contador  
CRC RO-006502/0-3

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**2020**  
**FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA**  
**PÚBLICA DO ESTADO**



## ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

**Hans Lucas Immich**  
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

**Diego de Azevedo Simão**  
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

**Marcus Edson de Lima**  
CORREGEDOR-GERAL

**Victor Hugo de Souza Lima**  
CORREGEDOR-AUXILIAR

**Kelsen Henrique Rolim dos Santos**  
CHEFE DE GABINETE

**Keyne Takashi Mizusaki**  
SECRETÁRIO-GERAL DE  
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Rafaella Rocha Silva**  
ASSESSORA JURÍDICA-CHEFE

**Elizio Pereira Mendes**  
SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO  
SUPERIOR

**Alessandra Martins Milare**  
DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS

### CONSELHO SUPERIOR Biênio 2018-2020

Hans Lucas Immich

Diego de Azevedo Simão

Marcus Edson de Lima

Liliana dos Santos Torres Amaral

Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho

João Verde Navarro França Pereira

Diego César dos Santos

Flávio Júnior Campos Rodrigues

Roberson Bertone de Jesus

## UNIDADES ADMINISTRATIVAS

**Eliana Soares do Nascimento**  
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

**Fabiana Franco Viana**  
CONTROLE INTERNO

**Ana Cláudia Sales Pinheiro**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Rayanne Cristina O. da Silva Araújo**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO

**Rocilece Pereira Santana Paixão**  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**Ricardo José Gouveia Carneiro**  
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

**Geovany Pedraza Freitas**  
DIRETORIA ORÇAMENTÁRIA E  
FINANCEIRA

**Luan Hortiz Campos**  
COMISSÃO PERMANENTE DE  
COMPRAS E LICITAÇÕES

**Héverton Almeida de Andrade**  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

**João Vitor Sousa de Oliveira Rios**  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E  
ALMOXARIFADO

**Wagner Pereira da Silva**  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS  
GERAIS

**Cosme Himelu Alves Ikenohuchi**  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES



## APRESENTAÇÃO

Pautado no princípio da publicidade que rege a Administração Pública, esse relatório tem por objetivo informar e divulgar, interna e externamente, o desempenho do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia no ano de 2020.

Trata-se de uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Defensoria Pública-Geral, em prol da relevante missão da Defensoria Pública de trabalhar para a concretização do direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos rondonienses, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um autêntico Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas as principais ações que têm por objetivos finais, fundamentalmente, a excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a modernização da Instituição; e a valorização de seus membros e servidores.

Certamente, muito ainda há que se fazer em busca do ideal de fortalecer a Instituição e equilibrar o sistema estadual de justiça. Porém, as conquistas até aqui obtidas demonstram que a Defensoria de Rondônia está trilhando o caminho certo, rumo ao alcance de sua missão constitucional de promover o acesso à justiça com igualdade entre as partes, e contribuir para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.



## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE

### 1.1. Criação do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado

O Fundo Especial da Defensoria Pública (FUNDEP) foi criado pela Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, com a finalidade de fomentar investimentos e desenvolvimento cultural dos membros e servidores.

Com a Lei n.º 3.537/2015, de 15 de abril de 2015, regulamentado em julho de 2016, por meio do Provimento Conjunto n.º 004/2016-PR-CG, do Tribunal de Justiça do Estado e da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, foi dado o complemento à regulamentação do referido Fundo e receitas que podem constituir-lo.

No entanto, as principais fontes de receita do FUNDEP são recursos oriundos das verbas de sucumbência de ações em que a Defensoria Pública tenha atuado, receitas incidentes sobre recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais e rendimentos das aplicações financeiras efetuadas pelo próprio Fundo.

Após a aprovação da Lei n.º 4.577, de 10 de setembro de 2019, foram alterados dispositivos na Lei n.º 3.537/2015, reduzindo-se o percentual de recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais para o referido Fundo.

Por meio da Resolução nº 01/2013/CS/DPE-RO, de 06 de fevereiro de 2013, foi regulamentada a execução dos recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública, na qual priorizam-se as seguintes ações:

- ✓ Fomento do desenvolvimento cultural dos membros e servidores;
- ✓ Aquisição de equipamentos e material permanente;
- ✓ Implementação de serviços para modernização do órgão;
- ✓ Despesas de custeio necessárias à manutenção da Defensoria Pública.



## 2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1. Acompanhamento das Metas e Iniciativas do PPA 2020-2023

#### 2.1.1 Programa 2046 - Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública

OBJETIVO 1: Fortalecer e ampliar a estrutura de Tecnologia da Informação e Sistemas.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2020
Estruturação das unidades para implantação de Sistemas de Informação.	Instalação de novos computadores, nobreaks e monitores; Melhoria da infraestrutura de TI dos núcleos e licitação para contratação empresa para locação de infraestrutura para transmissão de dados a fim de oferecer melhor sinal de internet nos núcleos.
Desenvolvimento e aquisição de Sistemas de Informação para a área fim e área administrativa.	Execução do projeto de expansão do Sistema Solar para os núcleos da Defensoria no interior do Estado, restando apenas três núcleos sem implantação; Estudo e deliberação para adesão ao sistema e-TCDF para gerenciamento de processos administrativos de forma digital.

OBJETIVO 2: Promover o desenvolvimento cultural e a capacitação de membros e servidores.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2020
Promoção de capacitações para defensores, servidores e estagiários na sede e no interior.	Participação de oito defensores no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) em Ciências Jurídicas da Faculdade Católica de Rondônia; Assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 05/2020 com a Universidade Federal de Rondônia para realização de mestrado para membros e servidores; Realizados quatro Webinários, uma Palestra sobre a Liberdade da mulher, dois Ciclos de palestras sobre violência da mulher e sobre consciência negra, seis cursos destinados a área fim da DPE, e oferecidas oito vagas em eventos e capacitações para membros e servidores.

OBJETIVO 3: Construir, reformar e ampliar unidades de atendimento.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2020
Melhoria da infraestrutura das unidades da Defensoria Pública.	Elaboração de Estudos Técnicos para aquisição e reforma de imóveis; Tratativas e estudos para a mudança e unificação da sede em Porto Velho em imóvel locado.
Instalação de sedes próprias da Defensoria.	Licitação para construção do Núcleo de Guajará-Mirim; Assinatura do Termo de Destinação e Responsabilidade nº 32/2020 referente ao imóvel sede de Cacoal.



Avaliação de Desempenho Quantitativa do Programa 2046				
Cód.	Ação	Previsto	Realizado	%
1026	APARELHAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	600.000,00	41.032,00	6,84
	Unidades aparelhadas	25,00	25,00	100,00
1095	REALIZAR CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO FUNCIONAL	2.092.500,00	196.065,00	9,37
	Concurso público realizado	1,00	0,00	0,00
1096	MODERNIZAR A GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2.650.000,00	696.883,03	26,30
	Unidades físicas da Defensoria Pública modernizadas	25,00	25,00	100,00
1098	IMPLANTAR NÚCLEOS DE ATENDIMENTO	3.684.215,39	0,00	0,00
	Obras realizadas	5,00	0,00	0,00
2108	CAPACITAR OS MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	670.000,00	176.472,55	26,34
	Membros, servidores e estagiários capacitados	300,00	385,00	128,33
2182	MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	4.793.574,64	1.490.786,08	31,10
	Unidades mantidas	25,00	25,00	100,00
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>		<b>14.490.290,03</b>	<b>2.601.238,66</b>	<b>17,95</b>

Fonte: Avaliação do Plano Plurianual 2020-2023 - exercício 2020

Comparativo da evolução do Programa 2046 nos anos 2016 a 2020				
PPA/ Ano		Previsto	Realizado	%
PPA anterior 2016-2019	2016	2.106.700,00	476.058,27	22,60
	2017	9.619.229,50	3.712.766,86	38,60
	2018	11.950.064,49	3.327.278,70	27,84
	2019	16.877.362,58	6.689.379,59	39,64
PPA atual 2020-2023	2020	14.490.290,03	2.601.238,66	17,95

Fonte: Avaliações anuais do Plano Plurianual.

## 2.2. Aquisição de bens, materiais e serviços

Com foco na melhoria contínua dos serviços prestados pelos membros e servidores, tanto na área meio quanto na área finalística, a atual gestão dedicou-se também à aquisição de equipamentos necessários ao andamento das atividades, tais como 174 microcomputadores e 264 monitores.

A fim de estabelecer medidas de segurança capazes de reduzir os riscos de contaminação dos servidores, membros e estagiários pela COVID-19, foram adquiridos equipamentos de proteção individual (máscaras, viseiras e luvas); material de higienização (álcool 70%, dispensadores, carrinhos de limpeza e material de consumo); barreiras em acrílico para todos os núcleos e placas indicativas; HDs externos portáteis; mesa de som para realização de videoconferências; e contratação de serviços que possibilitaram o atendimento remoto de assistidos como aquisição de Certificados Digitais A3 e ampliação da quantidade de linhas telefônicas móveis.

Prezando pela segurança das pessoas e equipamentos, foram adquiridos extintores contra incêndio e materiais elétricos e hidráulicos para manutenção dos imóveis.



### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

A governança busca qualificar a forma como os gestores planejam, formulam e implementam suas ações. Desta forma, as ferramentas utilizadas na Defensoria Pública para a garantia da boa governança e autocontrole da gestão consistem nas ferramentas legais de planejamento (PPA, juntamente com a LDO e a LOA) que estabelecem o conjunto de metas e prioridades, orçamentos, ações e programas de trabalho.

Além destes, acrescenta-se o Plano Geral de Atuação do atual Defensor Público-Geral, onde constam as estratégias e metas da gestão, com indicadores dos resultados obtidos e informações sobre as atividades em andamento.

No ano de 2020, iniciou-se o trabalho da empresa Aquila Consultoria em Gestão que está elaborando e implantará o Plano Estratégico da DPE/RO, o que caracteriza um grande avanço para a estrutura de Governança e de Autocontrole do órgão, uma vez que esta ferramenta proporcionará a identificação da missão da entidade, a avaliação da estratégia vigente, a análise do ambiente onde está inserida, a definição e quantificação dos objetivos, identificação de propostas para a utilização racional dos recursos, dentre outros benefícios.

Dentre os pilares da governança e autocontrole da DPE/RO, destaca-se a transparência e o acesso à informação aos cidadãos, o *accountability* (controle interno, fiscalização e prestação de contas) e *compliance* (aderência às normas, regras e costumes das instituições que são modelo de governança no Estado de Rondônia).



## 4. AVALIAÇÃO DO CONTROLE DA SOCIAL E COMUNICAÇÃO

### 4.1. Ampliação da transparência

Obedecendo à Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 e à Instrução Normativa n.º 52/2017-TCE/RO, e ainda visando fortalecer a ferramenta que permite ao cidadão conhecer e questionar a Administração Pública, acreditando no papel da sociedade na fiscalização do Estado, disponibilizamos o Portal da Transparência da Defensoria Pública do Estado que no ano de 2019 alcançou o índice de 96,02% de transparência, avaliado pelo Tribunal de Contas do Estado.

O acesso pode ser realizado por meio do link disponível no sítio institucional ou pelo endereço <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/>.

### 4.2. Ouvidoria-Geral

Ao longo do seu segundo ano de efetiva atuação, a Ouvidoria-Geral da DPE/RO se empenhou para ser a ponte entre a instituição e a sociedade, tendo atuado em diversas frentes de trabalho:

- ✓ Apoio às organizações da sociedade civil em prol da arrecadação de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia;
- ✓ Atuação conjunta com instituições nacionais em pautas inerentes à pandemia com coleta de dados locais e monitoramento de ações de enfrentamento;
- ✓ Monitoramento e apoio às lideranças estaduais atendidas pelo Programa Nacional de Proteção de Defensores de Direitos Humanos;
- ✓ Consolidação de parcerias institucionais junto aos movimentos populares, organizações da sociedade civil e órgãos do poder público (CGU, TCE, MP, MPF, DPU, CNDH, Rede Estadual de Ouvidorias Públicas, UNIR, Núcleo de Práticas Jurídicas-NPH/UNIR, Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho, Comitê de Saneamento, INTERJUS, AGIR, CPT-RO);
- ✓ Interlocução junto à DPU para acolhimento de demandas coletivas e individuais relativas às ações na esfera federal, como auxílio emergencial e benefícios previdenciários;
- ✓ Consolidação do diálogo permanente com a sociedade, grupos, movimentos populares, organizações da sociedade civil e instituições públicas;
- ✓ Fortalecimento das relações institucionais com outras Ouvidorias da rede estadual;



- ✓ Atendimento, encaminhamento e monitoramento de demandas e ações judiciais de povos indígenas; de famílias camponesas em áreas de ocupação rural e de conflitos agrários, e em áreas de ocupações urbanas, famílias atingidas por barragens, e famílias extrativistas que morem em RESEX;
- ✓ Integração ao Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas e à Rede Nacional de Ouvidorias;
- ✓ Consolidação de ferramentas que facilitem o acesso e a comunicação dos usuários, tais como a Plataforma Fala.BR, e-mails, WhatsApp, formulários online, caixas de sugestão e atendimento presencial).

#### **4.3. Presença na Mídia**

Estar na mídia aumenta a visibilidade e aproxima a Instituição do cidadão, além de ser uma oportunidade de informar toda a população, com transparência e clareza, acerca dos serviços que são oferecidos pela Defensoria.

Nesse sentido, a DPE conta com o apoio da mídia para a divulgação dos projetos e ações por ela desenvolvidos em todos os veículos de comunicação - televisão, rádio, mídia impressa e web.

De uma forma dinâmica e interativa, a DPE também está presente nas redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter, nas quais são postadas, frequentemente, novidades, informações e imagens, que ajudam na interatividade com a população em geral, que pode comentar, compartilhar e enviar mensagens.

No ano de 2021, a Diretoria de Comunicação publicou 250 matérias no site da instituição e 423 posts em redes sociais, com o intuito de divulgar as ações realizadas pela Defensoria Pública.



## 5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1. Recursos orçamentários do FUNDEP

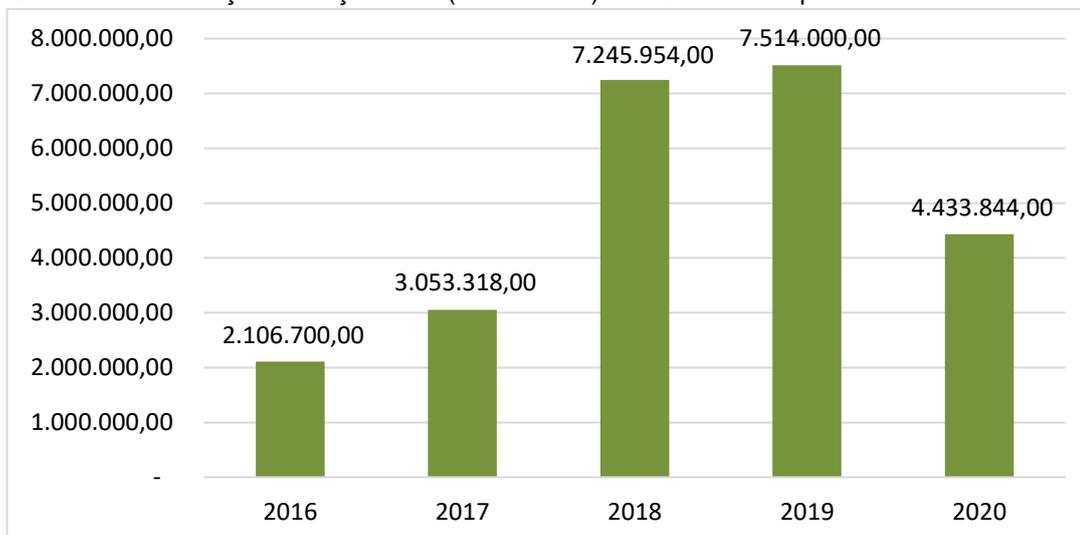
O Fundo Especial da Defensoria Pública (FUNDEP) representa a segunda unidade orçamentária do órgão, cujos recursos, constituíam-se até meados do exercício 2016, basicamente, de verbas de sucumbência de ações em que o órgão havia atuado.

Após a aprovação da Lei n.º 3.537, de 15 de abril de 2015, regulamentada em julho de 2016, por meio do Provimento Conjunto n.º 004/2016-PR-CG, do Tribunal de Justiça do Estado e da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado, foi garantida uma participação ao FUNDEP de 7,5% (sete e meio por cento) das receitas incidentes sobre o recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais realizadas por todas as serventias cartorárias do Estado de Rondônia.

Essa conquista representa um verdadeiro marco na história da Instituição, uma vez que ampliou significativamente sua capacidade de investimento.

No entanto, após o trâmite do projeto de lei coletivo de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado, que defendia a revogação da Lei n.º 3.537/ 2015, justificando que os valores cobrados aos usuários de cartórios se tornaram abusivos, foi aprovada a Lei n.º 4.577, de 10 de setembro de 2019, que reduziu o recolhimento de custas e emolumentos extrajudiciais para 4% (quatro por cento), o que prejudicou a capacidade de investimento e desenvolvimento da Defensoria Pública a partir do exercício 2020. O Gráfico 1 exibe a evolução do orçamento do FUNDEP no período de 2016 a 2020:

**Gráfico 1** – Evolução do orçamento (Fonte 0230) do FUNDEP no período de 2016 a 2020.

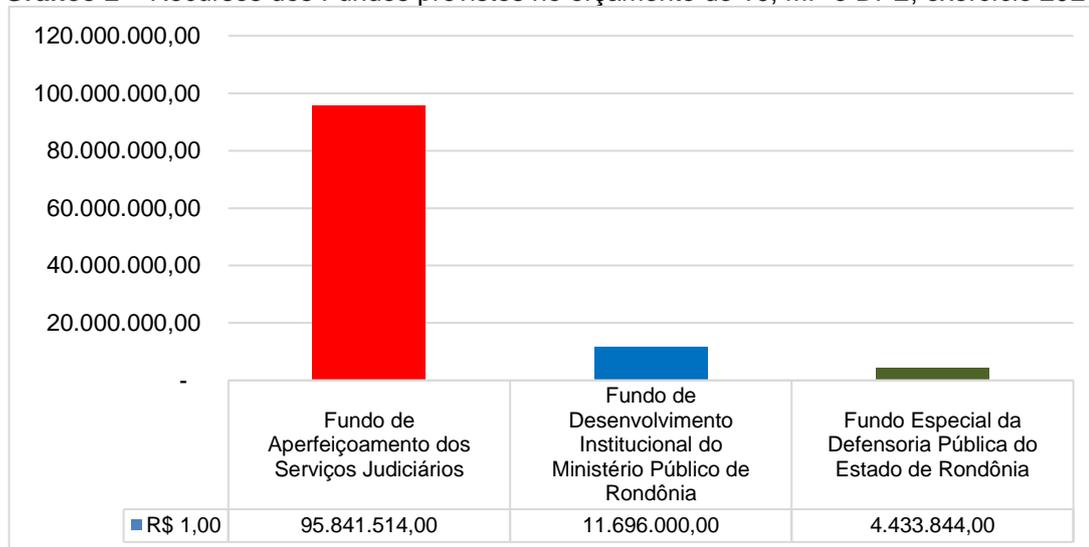


Fonte: Lei Orçamentária Anual dos anos de 2016 a 2020.



Associado a isto, a arrecadação do Fundo da Defensoria ainda figura como o menor em relação aos demais órgãos autônomos do Estado, conforme visualiza-se no Gráfico 2.

**Gráfico 2** – Recursos dos Fundos previstos no orçamento do TJ, MP e DPE, exercício 2020.

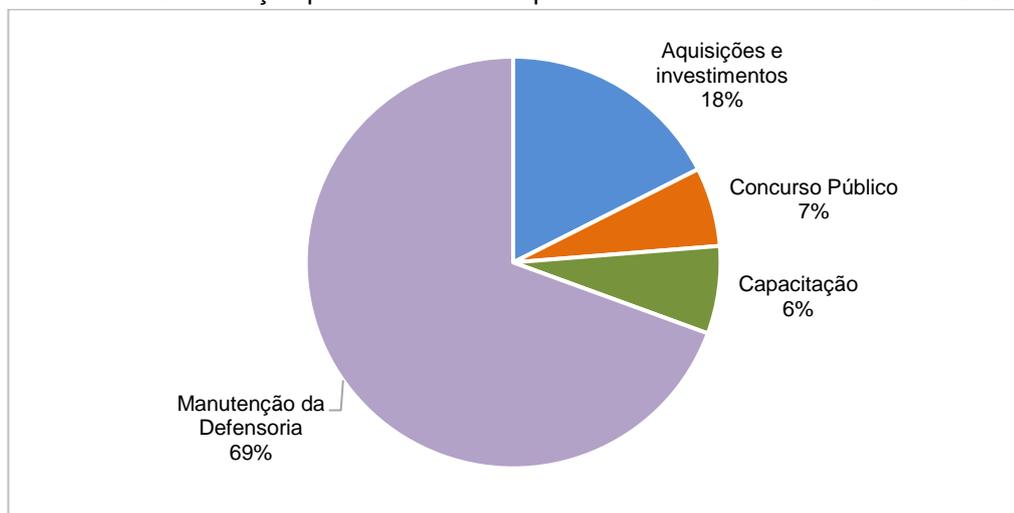


Fonte: Lei n.º 4.709, de 30 de dezembro de 2019 (LOA 2020).

## 5.2. Execução orçamentária e financeira

No que se refere à execução orçamentária e financeira no ano de 2020, foram executados aproximadamente 2,8 milhões de reais do Fundo Especial da Defensoria, distribuídos em despesas com manutenção da defensoria, capacitação de membros e servidores, aquisições e investimentos, e realização de concurso público, conforme visualiza-se no Gráfico 3.

**Gráfico 3** – Distribuição percentual das despesas executadas no FUNDEP em 2020.



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.



Os detalhes da execução orçamentária e financeira no ano de 2020 seguem demonstrados na Tabela 1.

**Tabela 1** – Demonstrativo da execução orçamentária do FUNDEP no exercício de 2020.

Fonte	Programa	Ação	Finalidade	Crédito disponível (R\$)	Total executado (R\$)	Percentual executado (%)
0230	2046	1026	Aparelhar as unidades	600.000,00	51.571,00	9%
0230	2046	1096	Modernizar a gestão e sistemas de informação	2.650.000,00	742.969,91	28%
0230	2046	1098	Implantar núcleos de atendimento	3.684.215,39	70.763,88	2%
0230	2046	2108	Capacitar os membros e servidores	670.000,00	176.622,54	26%
0230	2046	1095	Realizar Concurso Público	2.092.500,00	196.065,00	9%
0230	2046	2182	Manutenção da Defensoria	4.793.574,64	1.609.263,72	34%
<b>Total</b>				<b>14.490.290,03</b>	<b>2.847.256,05</b>	

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

Ao analisar as ações de aparelhamento das unidades e modernização da gestão e sistemas de informação, foram realizados procedimentos de aquisição de bens para dotar a sede, os núcleos de comarcas e demais postos de atendimento de veículos, móveis, equipamentos, recursos de tecnologia de informação e comunicação visando proporcionar o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão. Os detalhes das aquisições e contratações podem ser verificados no item 2.2 deste relatório.

Para a ação de implantação de núcleos de atendimento, foram realizados estudos sobre as obras previstas para expandir e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio da construção de novas sedes de núcleos de comarcas em terrenos próprios ou doados por órgãos da administração pública. Como resultados obtidos, foi dado andamento nos procedimentos licitatórios para a reforma no Núcleo de Ouro Preto do Oeste e construção de edificação do Núcleo de Guajará-Mirim.

Sobre a ação para capacitação do corpo funcional, a ação foi executada de acordo com as demandas dos próprios membros e servidores, visando investir no aperfeiçoamento e capacitação de pessoal da Defensoria Pública, por meio da participação em eventos, cursos, seminários, congressos e programas de formação continuada, presenciais e à distância, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e ampliar a capacidade intelectual em assuntos das áreas jurídica e administrativa. Maiores detalhes das capacitações oferecidas são demonstrados no item 6.1 deste relatório.

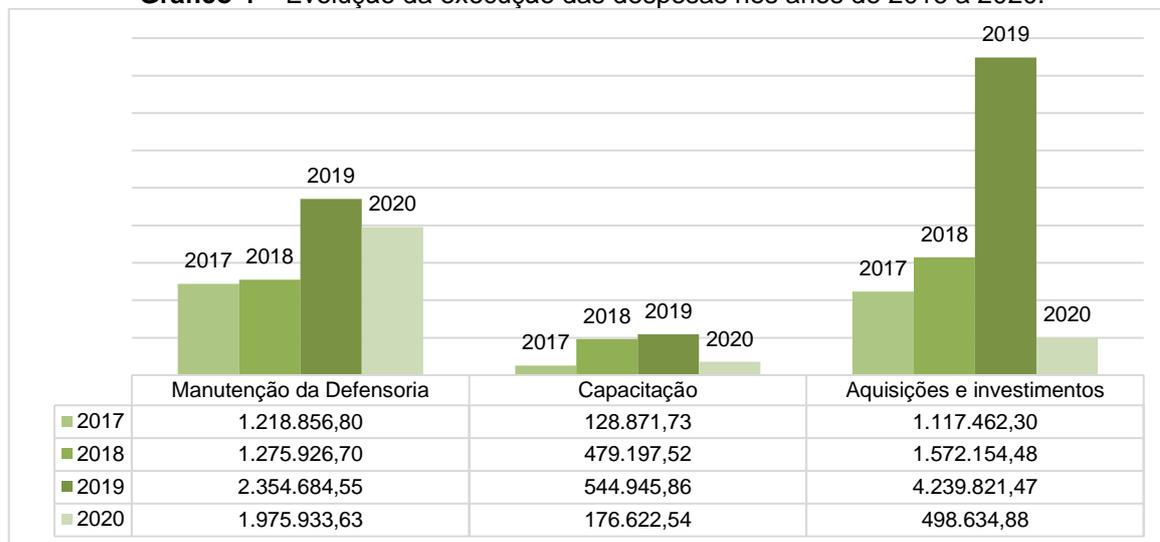


A respeito da ação para realização de Concurso Público, foram realizados os procedimentos para contratação da empresa para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e execução do 2º Concurso Público para provimento de cargos do quadro administrativo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. A ação foi executada com adaptações, devido aos percalços enfrentados por conta da pandemia do COVID-19, tendo sido efetivada a assinatura de contrato junto a empresa CEBRASPE.

Por fim, a ação para manutenção da Defensoria Pública foi executada visando garantir a operacionalização das atividades finalísticas e administrativas do órgão, por meio da manutenção dos contratos de serviço e fornecimento de materiais.

A fim de demonstrar a evolução da execução orçamentária e financeira do FUNDEP, segue no Gráfico 4 a evolução da execução das despesas nos anos de 2016 a 2020. É necessário esclarecer que a notória redução dos gastos do FUNDEP em relação aos outros anos deve-se às medidas de contenção de despesas realizadas em resposta à crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19.

**Gráfico 4 – Evolução da execução das despesas nos anos de 2016 a 2020.**



**Fonte:** Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

### 6.1. Capacitação de membros e servidores

Dentre as capacitações oferecidas aos membros, destaca-se a implementação do Projeto Aula Aberta, que tem por objetivo promover aulas abertas de cunho informativo-educativo, a serem ministradas pelos membros da instituição, por meio de plataforma digital, a fim de aproximar a Defensoria Pública do Estado de Rondônia da população e prestar informações sobre a atuação da instituição, promovendo a educação em direitos. Estas aulas encontram-se ainda em andamento, realizados no canal da Defensoria Pública no Youtube.

Figura 1 - Cartazes de eventos do Projeto Aula Aberta.



Foram realizados, também, diversos Webinários, transmitidos pela mesma plataforma, tais como:

- ✓ Inovações criativas na Defensoria Pública;
- ✓ Direito de Família em tempos de pandemia;
- ✓ Os direitos/papéis dos consumidores do estado na economia durante e após COVID-19;
- ✓ Estratégias de defesa e dicas para atuação no tribunal do júri para defensores e defensoras em início de carreira;
- ✓ Identidade e empoderamento da mulher negra.

Dentre as capacitações oferecidas aos servidores da área administrativa destacam-se cursos sobre estudos técnicos preliminares para obras públicas e serviços de engenharia, privacidade e proteção de dados, prestação de contas de convênios e sobre o comprasnet 4.0.

Foi possibilitada também a participação de servidores no 40º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI, realizado de forma on-line.

Importante ressaltar que devido à Pandemia do COVID-19, alguns cursos presenciais que estavam marcados para determinados servidores, tiveram de ser cancelados, sem previsão de nova data ou de mudança para formato EAD.

Foram organizados pelo próprio órgão algumas palestras sobre diversos temas, entre os quais podemos citar:

- ✓ Igualdade de gênero e violência contra a mulher;
- ✓ Violência obstétrica e direitos da mulher;
- ✓ Prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher em tempos de pandemia na perspectiva internacional e nacional;
- ✓ Invisibilidade da criança preta na escola;
- ✓ Mulheres, direito, raça e cidade;
- ✓ Representatividade x visibilidade nos espaços de poder.

Figura 2 – Cartazes de eventos realizados pela Defensoria em 2020.





## **7. CONCLUSÃO**

Diante dos resultados apresentados, a partir das atividades realizadas por meio do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia no exercício de 2020, afirmamos que o órgão conseguiu alcançar seu objetivo institucional, cumpriu as metas previstas e buscou adaptar-se a fim de prestar seus serviços aos cidadãos de maneira eficiente e eficaz, visando ampliar cada vez mais a eficiência de suas ações nos próximos anos.



## ENDEREÇOS E TELEFONES

### SEDE

Av. Jorge Teixeira, 1722, Embratel  
Telefone: (69) 3217-4700

### NÚCLEO DA CIDADANIA PORTO VELHO - TUDO AQUI

Av. 7 de Setembro, 830, Centro  
Telefone: (69) 3216-7279

### POSTO DE ATENDIMENTO DA ZONA LESTE

Rua José Amador dos Reis, 3330, Tancredo Neves  
Telefone: (69) 3229-2352

### ALTA FLORESTA

Rua Espírito Santo, 3845, Centro  
Telefone: (69) 3641-2805

### ALVORADA DO OESTE

Av. Marechal Deodoro, 4781, Centro  
Telefone: (69) 3412-3475

### ARIQUEMES

Av. Canaã, 2647, Setor 03  
Telefone: (69) 3536-8665

### BURITIS

Rua Ibiara, 51, Edifício Terezinha, Setor 03  
Telefone: (69) 3238-3559

### CACOAL

Rua Padre Adolfo, 2434, Jardim Clodoaldo  
Telefone: (69) 3443-6928

### CEREJEIRAS

Av. Aracaju, 827, Centro  
Telefone: (69) 3342-3341

### COLORADO DO OESTE

Rua Paulo de Assis Ribeiro, 4043, Centro  
Telefone: (69) 3341-1390

### COSTA MARQUES

Av. Chianca, 2005, Setor 3, Centro  
Telefone: (69) 3651-3661

### ESPIGÃO DO OESTE

Av. Rio Grande do Sul, 2652, Centro  
Telefone: (69) 3481-1422

### GUAJARÁ-MIRIM

Av. Princesa Isabel, 3653, 10 de Abril  
Telefone: (69) 3541-5618/3541-4502

### JARU

Rua Raimundo Catanhede, 1247, Setor 02  
Telefone: (69) 3521-5533

### JI-PARANÁ

Av. Marechal Rondon, 527, Centro  
Telefone: (69) 3422-7112

### MACHADINHO DO OESTE

Av. Diomero Moraes Borba, 3181, Centro  
Telefone: (69) 3581-3061

### NOVA BRASILÂNDIA

Rua Rui Barbosa, 3505-A, Setor 13  
Telefone: (69) 3418-3516

### OURO PRETO DO OESTE

Rua Gonçalves Dias, 4168, União  
Telefone: (69) 3461-2923/3461-1865

### PIMENTA BUENO

Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada  
Telefone: (69) 3451-7209

### PRESIDENTE MÉDICI

Rua Castelo Branco, 2583, Centro  
Telefone: (69) 3471-3405

### ROLIM DE MOURA

Av. João Pessoa, 4525, Centro  
Telefone: (69) 3442-9290

### SANTA LUZIA DO OESTE

Av. Brasil, 2548, Centro  
Telefone: (69) 3434-2228

### SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Av. São Paulo, S/N.º, Cidade Baixa - Fórum  
Telefone: (69) 3621-2505

### SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Av. Presidente Vargas, S/N, Centro  
Telefone: (69) 3642-1465

### VILHENA

Av. Luís Maziero, 4320, Jardim América  
Telefone: (69) 3322-6578

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

### ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Rayanne Cristina Oliveira da Silva Araújo  
Lidiane Alexandra Grano  
Osvaldo Coutinho Magalhães



**DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA**

# **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**



**RELATÓRIO DE AUDITORIA  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
EXERCÍCIO – 2020  
FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
EXERCÍCIO – 2020  
UG-300011 – FUNDEP**



## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório refere-se à Prestação de Contas Anual do Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP, sob responsabilidade do Defensor Público-Geral, Dr. Hans Lucas Immich, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Registra-se que, este relatório tomou como base as exigências da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em seu artigo 35, parágrafo único, c/c artigo 9º, inciso III, bem como, na Instrução Normativa 013/TCE-RO-2004, artigo 7º, inciso III e demais orientações normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado e legislações pertinentes.

Visamos análise do desempenho institucional, abrangendo a execução orçamentária, aprovado pela Lei Estadual nº 4.709, de 30 de dezembro de 2019 (LOA 2020), bem como, o sistema de contabilidade e suas respectivas demonstrações contábeis, por meio das informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para, assim, atender o princípio da transparência na gestão pública.

O Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP/RO foi criado pela Lei Estadual n. 3.537/2015, regulamentado através do Provimento Conjunto n. 004/2016-PR-CG, publicado no Diário da Justiça n. 127, de 08 de julho de 2016, possuindo a finalidade de complementar os recursos financeiros indispensáveis ao custeio e aos investimentos da Defensoria Pública, voltados a consecução de suas finalidades institucionais, conforme previsto no artigo 105 da Constituição Estadual.

Salientamos que esta subscritora assumiu as funções de Chefia do Controle Interno no dia 1º de fevereiro de 2019, tendo a oportunidade de participar e acompanhar a gestão durante o exercício de 2020, bem como, avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e das ações desenvolvidas no FUNDEP.

### **1. DO ESCOPO DO RELATÓRIO**

Os trabalhos foram efetuados visando apresentar, nos termos da Constituição Federal art. 74 e art. 9º, III da Lei Complementar Estadual nº 154/1996, a avaliação da Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública - FUNDEP, no exercício de 2020, observando: (a) adequada observância dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, bem



como, as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento e da gestão fiscal; e (b) se os resultados das variações ocorridas no exercício financeiro, representadas por meio das Demonstrações Contábeis, refletem, sobre todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

## **2. DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

O relatório das atividades do FUNDEP (PPA 2020-2023), durante o exercício 2020, apresenta, de forma sintética, as Ações desenvolvidas no decorrer do exercício em análise, evidenciando que os Projetos e Atividades descritos no Programa (2046) Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP, estão sendo executados.

Registra-se que, o relatório de gestão do FUNDEP - exercício de 2020 apresenta índices insatisfatórios no desempenho do programa, entretanto, salientamos que a dotação inicialmente prevista para o FUNDEP era de 4.433,84 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), sofrendo alterações no decorrer do exercício financeiro, sendo suplementado em expressiva quantia, até o montante de R\$ 14.490.290,03 (catorze milhões, quatrocentos e noventa mil, duzentos e noventa reais e três centavos).

Observamos que, quando comparado ao orçamento inicialmente previsto e as metas físicas, estas foram, quase todas, muito abaixo do previsto. Nesse sentido, orientamos que, diante da nova realidade desta Defensoria Pública e recursos arrecadados pelo FUNDEP, a Divisão de Planejamento realize revisão das metas estipuladas para o PPA (2020-2023), avaliando a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas na Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública.

## **3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

O orçamento anual, aprovado na Lei nº 4.709, de 30 de dezembro de 2019, estimou receita e fixou despesa para os órgãos beneficiados pelos recursos incidentes de custas e emolumentos judiciais do Estado, sendo destinado para o Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP/RO, a importância de R\$ 4.433,84 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e três reais



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

e oitenta e quatro centavos).

A dotação inicial, após suplementações ocorridas no exercício de 2020, passou ao montante de R\$ 14.490.290,03 (catorze milhões, quatrocentos e noventa mil, duzentos e noventa reais e três centavos), cuja execução se deu da seguinte forma:

	<b>Dotação Atualizada(a)</b>	<b>Despesas Empenhadas(b)</b>	<b>Despesas Liquidadas(c)</b>	<b>Despesas Pagas (d)</b>	<b>Saldo (e)=(a-b)</b>
<b>FUNDEP/RO</b>	R\$ 14.490.290,03	R\$ 2.847.256,05	R\$ 2.601.238,66	R\$ 2.601.065,70	R\$ 11.643.033,98

Fonte: DivePort – acesso em 20 de março de 2021.

Segundo informações colhidas junto ao site da DPE/RO, no campo: Downloads ▶ Planejamento ▶ Portarias de Remanejamento e Ajuste Orçamentário - Exercício 2020 (<https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/downloads/category/76-2020-01-13-13-42-09>), o total de remanejamentos, suplementações e adequações orçamentárias, no decorrer do exercício de 2020, resultou no montante de R\$ 676.500,00 (seiscentos e setenta e seis mil e quinhentos reais), estando dentro, portanto, do limite estabelecido no art. 8º, da Lei n. 4.709/19 (LOA 2020).

#### 4. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

Baseado no Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64 da Defensoria Pública, a tabela a seguir demonstra a utilização das dotações orçamentárias nos níveis de Categoria Econômica:

**Tabela do Anexo 01 – Exercício 2020**

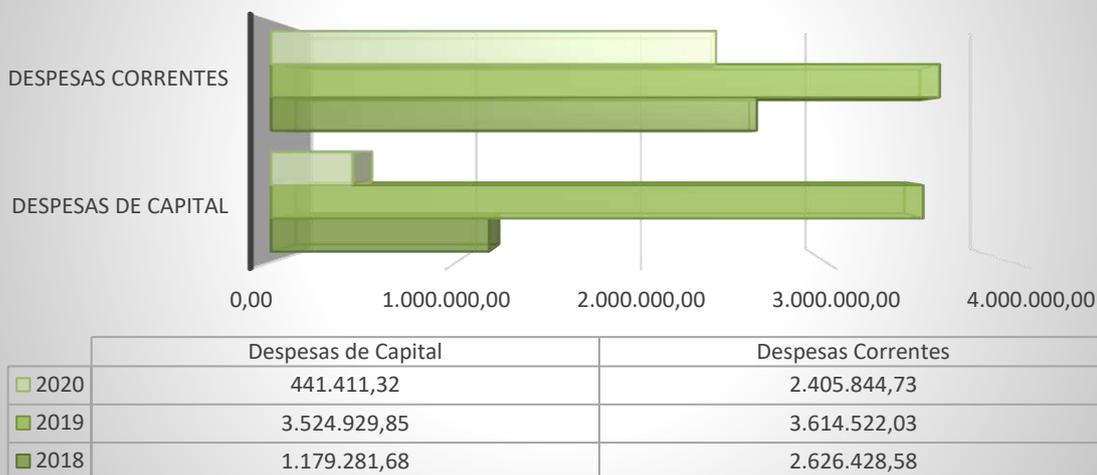
<b>Título</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	2.405.844,73	84,50%
<b>Despesas de Capital</b>	441.411,32	15,50%
<b>TOTAL</b>	<b>2.847.256,05</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFEM – acesso em 14 de março de 2020.

Assim, observa-se que a Despesa Correntes representam 84,50% dos dispêndios utilizados no exercício, e as Despesas de Capital consumiram, aproximadamente, 15,50% da dotação total utilizada.



## Evolução das Despesas Segundo a Categoria Econômica



Fonte: [https://transparencia.defensoria.ro.def.br/media/arquivos\\_contas\\_anuais/Presta%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Contas\\_-\\_2019\\_-\\_FUNDEP-compactado.pdf](https://transparencia.defensoria.ro.def.br/media/arquivos_contas_anuais/Presta%C3%A7%C3%A3o_de_Contas_-_2019_-_FUNDEP-compactado.pdf)

Fazendo um comparativo das despesas do exercício de 2020 com os anos imediatamente anteriores (2018, 2019), observamos uma diminuição expressiva na execução das despesas, principalmente nas despesas de investimento, demonstrando a dificuldade na aplicação dos recursos.

### 5. DIÁRIAS

As diárias pagas pela Defensoria Pública encontram-se embasadas no Regulamento n. 002/2016/DPG/DPE/RO, que estabelece os valores e normatiza os procedimentos empregados nas concessões e prestação de contas.

Até o final do exercício de 2020, registrou-se um valor concedido de R\$ 283.106,94 (duzentos e oitenta e três mil, cento e seis reais e noventa e quatro centavos), dos quais, R\$ 8.674,50 (oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) ainda estão pendentes de prestação de contas. A síntese da situação das diárias encontra-se demonstrada na tabela abaixo:

#### Demonstrativo de Diárias – DPERO exercício 2020

Especificação	Valor (R\$)
---------------	-------------



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Saldo Concedido de Exercícios Anteriores	102.672,00
Valor Concedido no Exercício	180.434,94
Valor Concedido Total	283.106,94
Prestação de Contas em Análise	68.799,00
Prestação de Contas a Homologar	3.711,50
Homologadas do Exercício	142.564,44
Homologadas de Exercício Anteriores	59.357,50
Pendente de Prestação de Contas	8.674,50

Fonte: DivePort - <http://servicos.contabilidade.ro.gov.br> – acesso em 20/04/2021

### 6. SUPRIMENTOS DE FUNDOS

Não houve concessão de suprimentos de fundos (adiantamentos) com recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP, neste exercício de 2020, sendo utilizado, exclusivamente, recursos da Unidade Gestora Principal - Defensoria Pública.

### 7. ANÁLISE DAS LICITAÇÕES E DESPESAS

Atualmente, no fluxo processual de aquisições e procedimentos licitatórios, há a tramitação dos processos por este setor de Controle Interno, consistindo na verificação da conformidade dos atos administrativos, dessa forma, faz-se o acompanhamento simultâneo dos atos de licitação, homologação, contratação e pagamentos.

Segundo dados fornecidos pela Comissão Permanente de Compras e Licitações – CPCL (memorando n. 005/2021/CPCL/DPE/RO), até o final do exercício de 200, foram realizados 20 (vinte) procedimentos licitatórios na modalidade pregão eletrônico e 02 (dois) procedimentos na modalidade tomada de preços. Destes procedimentos, 01 (um) revogado, 01 (um) deserto, 01 (um) fracassado e 17 (dezessete) homologados.

A execução das licitações, quanto aos valores despendidos pela Unidade Gestora: 30011 – Fundo Especial da Defensoria Pública, alçou o valor de R\$ 1.915.361,53 (um milhão, novecentos e quinze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos).



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nos processos dos certames licitatórios registrou-se que todos os procedimentos foram realizados dentro dos ditames legais que regem a matéria e as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal 5.450/2005, Decreto Estadual 12.205/2006 e Decreto Estadual nº 12.234/06.

### 8. GESTÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira correlacionada com a orçamentária, buscou-se atestar a confiabilidade das informações contidas nos demonstrativos e balancetes do órgão, efetuando verificação contábil sobre os valores apresentados no SIAFEM, o que resultou na seguinte tabela:

Especificação	Valor RS
Saldo do exercício anterior	10.554.222,57
(+) Receita Orçamentária + Transferências Recebidas	5.412.000,04
(+) Receita Extra-Orçamentária	331.079,39
(-) Despesas Orçamentárias	2.847.256,05
(-) Despesas Extra-Orçamentárias	437.580,25
<b>Saldo financeiro para o exercício seguinte</b>	<b>13.012.465,70</b>

Fonte: fls. 203/204 balanço financeiro P.A. 3001.0189.2021/DPE-RO.

O Anexo 13 - Balanço Financeiro dá destaque aos ingressos e dispêndios provenientes da execução orçamentária, sendo importante atentar para o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64, que preceitua que os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Diante dos dados apresentados na tabela acima, se diminuirmos do “saldo para o exercício seguinte” menos o “saldo do exercício anterior”, teremos o resultado financeiro do Fundo Especial da Defensoria Pública – FUNDEP, no exercício 2020, que resulta em R\$ 2.458.243,13 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e treze centavos).



## **9. GESTÃO PATRIMONIAL**

Com relação ao saldo da conta Estoque apresenta valor igual a zero, devido ao cumprimento do art. 5º da Lei Estadual n. 3.537/2015, ou seja, os registros dos bens adquiridos com recursos do FUNDEP foram incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública (UG Principal: 30001).

Da mesma forma, zeraram os saldos apresentados na conta de imobilizado, visto que os bens adquiridos foram consolidados na UG-30001.

## **10. AVALIAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**

A DPE/RO, por meio do FUNDEP/RO, imprime esforços no pagamento de suas obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações e prestação de serviços observando, para cada fonte diferenciada de recursos, a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, demonstrando respeito ao princípio da isonomia e atentando para a conformidade dos pagamentos de obrigações em conformidade ao disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

O cumprimento das obrigações depende ainda da correta apresentação do documento fiscal e dos documentos contratuais, assim como do ateste da prestação dos serviços e/ou recebimento dos materiais.

Não existe ferramenta para controlar a ordem cronológica, contudo, todas as despesas desta DPE/RO somente são iniciadas após a comprovação da disponibilidade de orçamento e recursos pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sendo assim, e considerando as dificuldades enfrentadas por esta DPE/RO em criar um sistema próprio de ordem cronológica de pagamentos (haja vista os escassos recursos humanos da instituição), bem como a possibilidade de uso do sistema da União que, a partir do advento da Nova Lei de Licitações, está elaborando IN de ordem cronológica, que prevê a inserção dos dados relativos à pagamentos e ordem cronológica em sistema unificado, que poderá ser utilizado pelos entes estaduais e municipais mediante assinatura de termo de adesão – (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/consulta-publica-2013-nova-instrucao-normativa-de-ordem-cronologica-de-pagamentos>). Assim, deixamos de apontar a



obrigatoriedade de criação de sistema próprio nas recomendações presentes neste relatório de auditoria.

## **11. CONCLUSÃO**

Este relatório teve como alicerce os demonstrativos e relatórios que fazem parte desta Prestação de Contas, observando o desempenho administrativo, no que se refere à utilização dos recursos orçamentários e financeiros transferidos para a Instituição, visando obter dados que comprove os resultados, em conformidade com o planejamento e autorização da Lei Orçamentária.

A análise foi efetuada em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao serviço público e, conseqüentemente, está fundamentada no cumprimento das normas legais e regulamentares, provas evidenciadas nos registros contábeis, entre outros documentos e procedimentos necessários.

Por todo o exposto e pelas considerações apresentadas neste Relatório de Atividades/Gestão Institucional, com a devida avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, versão 2020, constata-se que as demonstrações financeiras mencionadas (anexas à Prestação de Contas) representam a posição econômica, financeira e patrimonial do FUNDEP/RO.

## **12. RECOMENDAÇÕES**

- 1) Implantação de ferramenta de ordem cronológica dos pagamentos desta DPE/RO, em atendimento a IN nº 55/2017/TCE-RO, Lei 8666/93 e a Lei n. 14133/2021, nos moldes indicados no item 12 ou outro que a Administração Superior entenda mais conveniente;

**FABIANA FRANCO** Assinado de forma digital  
por FABIANA FRANCO  
**VIANA:785214082** VIANA:78521408234  
34 Dados: 2021.04.29  
13:36:20 -04'00'

**FABIANA FRANCO VIANA**  
Controladora interna  
Portaria n. 1023/2019-GAB/DPE

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**  
**EXERCÍCIO – 2020**  
**UG-300011 – FUNDEP/RO**



**DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**Exercício Financeiro:** 2020  
**Órgão :** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**Unidade Orçamentária:** 300011 – FUNDEP/RO  
**Ordenador de Despesas:** HANS LUCAS IMMICH – Defensor Público-Geral

O Controle Interno da Defensoria Pública do Estado de Rondônia certifica que os atos de gestão do Defensor Público-Geral, Dr. Hans Lucas Immich, referentes ao exercício financeiro de 2019, respeitaram os princípios constitucionais, da legalidade e legitimidade na execução dos orçamentos e no cumprimento da gestão fiscal.

As demonstrações contábeis foram capazes de apresentar a situação patrimonial, orçamentária e financeira da DPE/RO em conformidade com as disposições da Lei n. 4.320/64, da LC n. 101/2000, do art. 7º da IN n. 013/TCE-RO-2004 e demais normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Pelas razões acima expostas, e considerando que:

- 1) A aplicação regular dos recursos do FUNDEP não comprometem a probidade na administração dos recursos públicos.

Certificamos a **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelo Defensor Público-Geral, Dr. Hans Lucas Immich.

Porto Velho, 29 de abril de 2020.

FABIANA FRANCO VIANA  
VIANA:785214082  
34

Assinado de forma digital  
por FABIANA FRANCO  
VIANA:78521408234  
Dados: 2021.04.29  
13:36:50 -04'00'

**FABIANA FRANCO VIANA**  
Controladora Interna  
Portaria n. 1023/2019-GAB/DPE



**DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**PARECER DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

**Exercício Financeiro:** 2020  
**Órgão :** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**Unidade Orçamentária:** 300011 – FUNDEP  
**Ordenador de Despesas:** HANS LUCAS IMMICH – Defensor Público-Geral

Em apreciação a conclusão do Certificado de Auditoria acerca da regularidade dos atos de gestão do Defensor Público-Geral, Dr. Hans Lucas Immich, referentes ao exercício financeiro de 2019, baseado nas peças integrantes do processo de prestação de contas anuais, principalmente os Relatórios de Gestão e de Auditoria Anual das Contas.

Os exames foram efetuados por amostragem, de acordo com as normas aplicáveis, utilizando-se os procedimentos e a abrangência julgados suficientes, sob os aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As ocorrências constatadas em exames e fiscalizações realizadas durante o exercício de 2019, foram objeto de recomendações nos processos respectivos e consideradas sem gravidade suficiente para comprometer a gestão dos responsáveis arrolados nas presentes Contas.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. do art. 7º da IN n. 013/TCE-RO-2004, combinado com as disposições do Manual de Orientação para Prestação de Contas de Gestão Exercício 2020 (1º Edição) e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria.

Em tempo, encaminho os autos ao Exmo. Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, com vistas à obtenção de seu pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas neste parecer sobre o desempenho e a conformidade da gestão da unidade supervisionada.

FABIANA FRANCO  
VIANA:78521408234  
**FABIANA FRANCO VIANA**  
Controladora Interna  
Portaria n. 1023/2019-GAB/DPE

Assinado de forma digital por  
FABIANA FRANCO  
VIANA:78521408234  
Dados: 2021.04.29 13:37:10 -04'00'